

-----ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA-----

Aos dezesseis (16) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove (2019), na Sede do Poder Legislativo Municipal teve início a Quadragésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Aurora- Ce. Presidida pelo Exmº Sr. Wellington Rodrigues de Lima que constatando número legal de participantes, declarou aberta a sessão. Iniciou pedindo ao vereador segundo secretário Osasco de Souza Gonçalves que procedesse com a chamada nominal, constatando a presença dos seguintes Edis: Wellington Rodrigues de Lima, João Bandeira Filho, José Aderlano Macedo, Valmir Costa Gonçalves, Sebastiana Maria da Assunção Neta, Osasco de Souza Gonçalves, Cicero Evangelista Lopes. Ausência justificada dos vereadores: Olavo Batista dos Santos, Silvio Bezerra Benício, Antonio Wilton dos Santos e Maria Iracilda Leite Saraiva. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente indagou aos vereadores presentes quem queira a leitura da ata da sessão anterior no todo ou em parte, que se manifeste. Esclareceu que a referida ata já havia sido postada no site desde a última quarta-feira, após todos afirmarem não haver necessidade de tal leitura, colocou-a em votação sendo aprovada por unanimidade. Continuamente o Sr. Presidente ordenou a leitura dos ofícios: Ofício Nº 19/2019 – GP. Aurora-Ce, 14 de fevereiro de 2019, encaminhado ao Sr. Presidente Wellington Rodrigues de Lima apresenta respostas aos requerimentos escritos e verbais apresentados pelos nobilíssimos vereadores na sessão realizada no dia 02 de fevereiro de 2019. João Antonio de Macedo Junior- Prefeito Municipal. Ofício Nº 17/2019 encaminhado ao Sr. Presidente Wellington Rodrigues de Lima, apresenta abaixo-assinados solicitando a preparação, divulgação e realização de audiência pública com o objetivo de discutir a criação do Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração (PCCR) dos Servidores Públicos Municipais de Aurora. Lucimar Bernardo Fernandes – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. O Sr. Presidente adianta que em relação a esse ofício, irá se reunir com os demais vereadores e marcar essa audiência o quanto antes, para que, juntamente com o Sindicato e com todos os executivos busquem esse Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores. Dando sequência, o Sr. Presidente ordena que seja feita a leitura dos requerimentos: O vereador João Filho solicita do executivo que seja reiterado o requerimento de sua autoria, referente à reforma da Passagem Molhada no Sítio Monte Alegre em regime de urgência. No terreno de Teotônio Gonçalves (Teó), requerimento subscrito pelo vereador Wellington Rodrigues; O vereador João Bandeira Filho solicita do executivo que informe a situação da obra do Posto de Saúde do Sítio Calumbí, pois em visita à localidade verificou que a obra encontra-se em estado precário de abandono, requerimento subscrito pelo vereador Wellington Rodrigues. O Sr. Presidente faz uma pausa nas leituras do requerimentos para explicar ao jovem Arimateia, presente no Plenário, que esta casa é do povo e que é uma casa de discussão em prol do povo e, devido ao fatos ocorridos nos últimos dias, não haveria como ser discutido dentro do pequeno expediente, mas que, abriria uma exceção, uma vez que toda e qualquer fala deve ser feita mediante ofício, mas que durante o grande expediente será discutido essa questão da apreensão dos transportes, já deixando claro que a lei em questão é de 2009. Prosseguindo com a leitura dos requerimentos, o vereador Cicero Evangelista solicita que seja reiterado o requerimento de autoria do vereador João Bandeira Filho sobre a reforma da caixa d'água do Distrito Tipi; O vereador Cicero Evangelista solicita do executivo que seja feita uma reforma na quadra de futebol das localidades: Tipi, Soledade e Santa Vitória, este requerimento reitera outros já existentes nessa Casa de autoria dos vereadores João Filho e Osasco Gonçalves; O vereador João Filho solicita do executivo que seja reparada a parede do açude de Chico Landim, no Angico de Baixo, por conta de crateras existentes, causando risco de desmoronamento; A vereadora Sebastiana Maria da Assunção Neta solicita do executivo que seja reiterado o requerimento da Vereadora Maria Iracilda sobre o calçamento da Rua José Bernardo, requerimento subscrito pelo Vereador Wellington Rodrigues; O Vereador Osasco de Souza Gonçalves solicita do executivo que, junto à secretaria de obras e infraestrutura faça a recuperação de uma barragem na estrada que liga o distrito de Santa Vitória e várias outras

comunidades à sede do município, levando em conta a situação física precária em que se encontra a aludida barragem. O parlamentar pede serviço de urgência e salienta que este documento reitera outros já protocolados nesta casa, requerimento subscrito pelos vereadores: Wellington Rodrigues e Cicero Evangelista. Os requerimentos são postos em votação e aprovados por unanimidade. O Sr. Presidente solicita a leitura dos requerimentos verbais: O vereador Osasco Gonçalves solicita que seja enviado ofício ao Poder Executivo, especificamente à autarquia de Trânsito (DEMUTRAN), gostaria de saber a cor predominante da veículo do Demutran, pois observou que a cor de tal veículo havia mudado, uma vez que segundo as leis de trânsito, para se alterar a cor de um veículo deve também ser alterado o documento dele, com isso solicita que seja enviado a esta casa uma cópia do documento do veículo. O vereador Osasco Gonçalves solicita informações concernentes a uma portaria que fora concedida a uma pessoa que ele não deseja citar nomes, mas que o vínculo é Coordenador de Engenharia e Sinalização e Fiscalização de Trânsito do município, com isso gostaria que fosse enviado a esta casa cópias do documento desse cidadão, pois segundo apurou, esta pessoa não é detentora de Documento de Habilitação (CNH). O Vereador João Filho solicita da autoridade responsável (Prefeitura ou Enel) que sejam podadas as árvores na Rua Parque Sabiá, ao lado do Colégio Romão Sabiá. O Vereador Aderlânio reitera um requerimento já existente nesta casa solicitando que seja feita a limpeza do Canal que cruza o Distrito de Ingazeiras. O Sr. Presidente coloca os requerimentos verbais em votação que, de forma unânime, são aprovados. Em seguida tem-se início o Grande Expediente e, autorizado pelo Sr. Presidente é feita a leitura do Projeto de Lei do Legislativo Nº 02/2019 de autoria do Vereador Wellington Rodrigues que dispõe sobre a proibição de suspensão do serviço de fornecimento de energia elétrica e de água no Município de Aurora-Ce e dá outras providências, como Justificativa afirma que o objetivo do presente projeto de lei é evitar a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica no município em vésperas de feriado, nas sextas-feiras, nos finais de semana (sábados e domingos) e nos feriados, o que vai ao encontro do que determina o código de defesa do consumidor. Lembrando que nos finais de semana as agências bancárias e as próprias concessionárias encontram-se fechadas. Nas vésperas de feriados o horário de expediente é reduzido, o que impede que o consumidor ao constatar a efetiva suspensão do serviço quite a dívida e resolva seu problema. Considerando que tais serviços são considerados essenciais e que, a suspensão desses serviços deve ser feita, quando for o caso, de modo a viabilizar a possibilidade de imediato pagamento, bem como do pronto retorno do fornecimento. Enfatiza também que em caso de descumprimento desta Lei, o Município deverá aplicar as sanções previstas. O presidente envia as comissões. Projeto de Lei do Executivo Nº 01/2019 de autoria de João Antonio de Macedo Junior – Prefeito Municipal que cria o cargo de visitador no quadro de pessoal do Programa Criança Feliz e adota outras providências, justifica afirmando que o Programa Criança Feliz instituído no Município de Aurora através da Lei Municipal Nº 292/2017 inicialmente com 3 cargos de visitador e que no ano de 2018 o programa já atendia uma demanda de 150 pessoas, o que demandou a necessidade de ampliação, uma vez que a portaria Nº 442 do Ministério do Desenvolvimento Social que dispõe sobre o financiamento do Programa Feliz, determina a existência de ao menos um visitador para cada 30 pessoas atendidas, faz saber que o programa fora contemplado com a possibilidade de ampliação em 100% de sua capacidade de atendimento, ou seja, poderão ser atendidas até 300 pessoas, aumentando assim o acréscimo dos recursos, com isso faz-se necessário a criação de mais cinco (05) cargos de visitador, para assim obedecer à portaria acima citada. Antes de o projeto ser enviado às comissões o Sr. Presidente abre uma discussão, levando em conta que tal projeto fala sobre a criação de vagas, mas vale salientar que há uma seleção e um concurso em andamento, lembra também que o Programa Criança Feliz foi aprovado através de Lei Municipal votada nesta casa e que a não criação destes cargos pode acarretar na perda de verbas, porém, faz saber que este Programa atende crianças, gestantes, idosos e adultos em situação de vulnerabilidade, dessa forma solicita da coordenadora do Projeto que seja enviado a esta casa uma lista das ocupação das novas vagas, já que essa não é uma atividade que pode ser realizada por qualquer pessoa, pois requer preparo profissional. Informa que antes de as comissões votarem

e aprovarem esse projeto irão analisar e averiguar todas as informações. Projeto enviado às comissões. Projeto de Resolução Nº 03/2019 da Mesa Diretora que altera os valores do cargo de Ouvidor Parlamentar previstos na resolução nº 001/2018 de Março de 2018, e dá outras providências. Justifica salientando que na última sessão desta casa fora apresentando projeto de resolução que reajusta os salários de todos os servidores desta casa, exceto do Ouvidor Parlamentar, por ser um cargo excepcional criado a partir de resolução e com isso seu reajuste também ocorre através de resolução própria, diferente dos demais cargos do quadro de pessoal, propõe com isso o reajuste salarial deste cargo com o objetivo de promover a equivalência salarial. Projeto enviado às comissões. O Sr. Presidente dá início à ordem do dia passando a palavra ao vereador Osasco Gonçalves que inicia saudando os colegas vereadores, bem como ao público presente, ao público feminino em nome de Nininha, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e em nome do agricultor do Sítio Antas, Zé de Tutu, saudar os homens presentes nesta casa, inicia agradecendo à Administração Municipal em atender ao requerimento que fora aprovado unanimemente por esta casa, que solicitava a recuperação da ladeira do Sítio Grossos, ladeira esta que cobre várias regiões que estavam sendo prejudicadas, em contrapartida vem a público deixar sua nota de protesto à Administração Municipal que, com as apreensões, de maneira arbitrária, conseguiu parar o comércio local, graças às apreensões das motocicletas ocorridas nos últimos dias e que estão sendo tão faladas. Afirma também que há falhas no trabalho do Departamento Municipal de Trânsito, uma vez que estão fiscalizando apenas motocicletas, sabendo que a sua obrigação é fiscalizar todo e qualquer tipo de irregularidade no trânsito, faz saber que a precariedade do trânsito no nosso município é grande, mas que dar tamanho abalo na nossa economia da forma que vem acontecendo, em tempos de crise, não se justifica de nenhuma forma. Fala também que com tudo isso acaba por gerar boatos e disse me disse, lembra também de sua participação em uma emissora de rádio há alguns dias, que na ocasião fugiu do seu natural e agiu com grosseria, mas que isso se justifica em virtude do que vem acontecendo com nossa população, população esta que merece respeito e oportunidades para crescer, e que estas oportunidades estão nas mãos da Administração Municipal e de nós legisladores. Lembra também dos pais de família que se sujeitam a viajar a outros estados em busca de condições melhores de vida e que estes retornam com uma pequena quantia para comprar seu transporte, da maneira que a realidade permite. Deixa claro que não está indo contra as leis, mas que há de se haver bom senso, pois muitos pais de família humildes estão prejudicados com estas apreensões, são cidadãos que conseguiram esses bens de forma honesta. Finaliza dizendo que essa situação é revoltante e que externou tudo isso em forma de protesto. O vereador João Filho sauda a todos presentes e começa sua fala pegando o gancho do mesmo tema falado pelo Vereador Osasco, cita um exemplo de uma moradora do Bairro São Benedito que estava retirando seu veículo (motocicleta) da garagem e no mesmo momento passava por ali uma viatura do Demutran, salienta que esta cidadã não estava montada em sua moto, apenas retirava da garagem e que o Agente do Demutran não recolheu o seu veículo porque seu filho intermediou e esclareceu que ela apenas estava removendo sua moto da garagem e isso não fazia com que ela infringisse uma lei de trânsito. Cita um outro exemplo de uma jovem que havia estacionado sua motocicleta em frente à Casa Lotérica e que esta fora recolhida pelo Departamento de Trânsito. Afirma ter consciência da necessidade de tais fiscalizações, mas também lembra que não dá para generalizar. Fala que está indignado com essas apreensões, não as que se encontram de fato em situação duvidosa, mas as motos dos cidadãos da roça que trabalham duro para conseguir esse transporte. Questiona também o fato de apenas as motos sofrerem essas penalidades, uma vez que tantos carros transitam de forma irregular e, fecham os olhos para isso, enfatiza que não é contra as leis, mas que é contra a desigualdade social. Fala também a respeito do projeto aprovado nesta casa que beneficia a Banda de Música Senhor Menino Deus, e que há nove meses este projeto fora aprovado e há sete meses estão com os seus honorários em atraso. Diz também que já está acostumado com as críticas direcionadas a ele e que estas críticas a ele servem de elogio que não serão elas que o farão deixar de mostrar a realidade, pois quem o elegeu espera ver o seu trabalho e que é isto que ele irá mostrar, o seu trabalho. Finaliza afirmando que vai sempre

buscar sempre melhorias para toda a população, cobrar e fiscalizar, pois esta é a função que a ele cabe. Os Vereadores Cicero Evangelista, Valmir Costa e Vereadora Tânia passam sua fala ao Vereador Aderlânio que inicia citando a fala de outros vereadores que afirmaram ter sido o prefeito quem mandou prender as motos e que tal informação gera uma má impressão, afirma que não é do prefeito essa culpa, pois acredita que ele nem tinha conhecimento dessas apreensões, que o Demutran é quem determina a apreensão dessas motos. Diz também ser contra tais apreensões, mas que se um veículo não está regularizado não é possível saber a procedência deste veículo e que diante de tal realidade cabe a todos discutir e procurar uma solução viável a todos. Reafirma não ser a favor de recolher essas motos de trabalhadores que precisam, mas que não dá para se eximir dos deveres e que tem que se haver bom senso, pois não dá apenas para fechar os olhos para essa questão das motos irregulares. Fala também do problema descrito pelo Vereador João Filho sobre a Banda de Música Senhor Menino Deus e afirma que deve se investigar o porquê desses atrasos, que não dá apenas para culpar A ou B sem saber a realidade. Faz saber também sobre os requerimentos, que o Poder Legislativo está aqui para ser cobrado e que o que dá para ser feito é feito, que não é contra os requerimentos. Agradece ao Sr. Presidente e afirma que se for o caso ele voltará a se pronunciar. O Vereador Osasco toma posse do microfone novamente e fala que o Vereador Aderlânio foi feliz quando afirmou que provavelmente o Prefeito não saiba das apreensões e que ele está certo, pois dificilmente o Prefeito vem a nossa cidade, que alguém está administrando o município no lugar dele e que ele talvez nem saiba mesmo o que acontece por aqui. Afirma que não dá para comparar nosso município a outros de maior porte como, por exemplo, Juazeiro do Norte, cita um caso ocorrido no dia anterior que um rapaz estava em uma moto de 50cc (Cinquentinha) sem placa, mas com a nota fiscal da loja, que este rapaz estacionou sua moto em frente a uma farmácia e junto dela deixou também seu capacete e foi andando até a casa lotérica e que ao retornar encontrou a sua moto em cima da viatura do Demutran juntamente com o capacete e faz lembrar que nesse caso, apreender também o capacete é um caso de furto e que apenas chegar e “rebocar” o veículo sem antes contatar o condutor, sem entregar um documento informando as condições em que se encontram o veículo vai de encontro às leis. O vereador Aderlânio rebate afirmando que disse que “talvez” o Prefeito não soubesse, mas que também o Vereador Osasco não saiba que por falta de médicos no Hospital o Prefeito atende no Posto de Saúde do Bairro São Benedito. O Vereador Valmir pede permissão ao Sr. Presidente e questiona se fora enviado à casa algum ofício dizendo que essas apreensões partem do Prefeito e pede que seja solicitado do Demutran um ofício deixando claro o porquê dessas apreensões para que não sejam acusadas pessoas inocentes. O vereador Osasco fala novamente, dessa vez se referindo ao Vereador Valmir indagando se ele sabe que a Autarquia Municipal de Trânsito faz parte do Poder Executivo Municipal e que se essas apreensões partem do Departamento Municipal de Trânsito, pressupõe-se que seja de conhecimento do Prefeito. O Vereador Valmir rebate que por falar em leis e por esta ser uma casa de lei é de suma importância que seja enviado à casa um papel assinado pelo órgão competente deixando claro quem mandou que fossem feitas essas apreensões. O Sr. Presidente intervém e faz saber que o momento oportuno de tratar esse assunto é de outra forma e não aquele. Inicia sua fala falando que sua abordagem é objetiva e direta, lembra também da falta de interesse e de participação da população. Diz ter recebido diversas mensagens no dia anterior referente às Blitz e apreensões, e que não ficou surpreso com tudo isso, pois são ações que já vinham sendo avisadas anteriormente, que foi dado um tempo para que todos se pusessem dentro da lei e as Blitz iriam acontecer. Fala também que não dá para fazer uma abordagem sobre o que é certo ou errado nessas apreensões porque não compete ao Poder Legislativo, mas que deixa o espaço para que numa próxima sessão tanto o representante do Demutran como a população possam vir até esta casa para se manifestarem e que também se possam chegar a um bom senso, e quando de se trata de lei, ele como Legislador tem que ir pelo certo. Afirma também que dentro desta casa há de se haver respeito, que o Poder Legislativo só é lembrado quando surge um problema e que é cobrado dos vereadores uma solução. Fala também das inúmeras denúncias de motos roubadas e clonadas e que possivelmente essas motos não permanecerão circulando e que vai

caber ao órgão responsável buscar uma forma de sanar esses problemas. Mostra também a Lei de 2009 que institui o Demutran, afirmando assim que não é algo de agora. Pede, mais uma vez que numa próxima sessão o Demutran, os prejudicados e quem mais desejar, busquem se reunir e chegarem juntos a uma solução. Deixa claro também que consultou um Agente de Trânsito e que este informou que recolher uma moto sem placa que esteja em via pública pode sim ser recolhida, pois para chegar até o local que está precisou ser conduzida e com isso infringiu as leis, com isso afirma mais uma vez que esta casa deve procurar alternativas que sejam favoráveis a todos juntamente com o órgão competente, pois no momento ele não tem essa alternativa. Que a única alternativa que convém no momento é o bom senso e que cabe a cada um respeitar o bom senso, que cada um deve saber que, por mais que seja uma realidade dura, andar em um veículo sem placa, sem documentação ou sem o capacete é errado e que devem refletir e tentar solucionar todos juntos. Pede mais uma vez a compreensão por parte de todos, do órgão competente e por parte do Gestor Municipal. Prossegue pedindo desculpas por não ter agradecido a presença de todos e enseja que continue sempre com casa cheia, fala também da segurança pública, enfatizando o “Riacho do Bordão de Velho” que nos últimos dias está sendo muito difícil para os moradores da Zona Rural, pois há muita insegurança diante dos roubos e arrombamentos de casas que vêm acontecendo. Informa que enviou ofício em nome da casa e foi pessoalmente ao BP RAI0 de Juazeiro do Norte ver a possibilidade de ficarem alternando com o BP RAI0 de Lavras da Mangabeira, ao menos aos finais de semana e que conseguiu uma resposta positiva, pois já se encontram em nosso município uma das viaturas do Raio. Aborda novamente, em nome da Presidente do Sindicato dos Servidores, Nininha, sua observação em relação ao envio do Projeto de Lei que trata do reajuste salarial dos servidores e faz lembrar que o município de Aurora faz parte da exceção, informa que esteve com o secretário de Gestão e que trataram da questão aqui levantada a respeito do recurso do FUNDEB que fora perdido, uma perda para toda a população e que também tratou a questão dos servidores e que ele afirmou que nos próximos dias irá se reunir com o Sindicato para tentar solucionar o problema desse repasse do reajuste salarial. Lembra também que a Presidente do Sindicato solicitou que fossem feitas audiências públicas para debater o Plano de Cargos e Carreiras, porém, pede um tempo apenas para que seja logo resolvido a questão dos reajustes salariais e em seguida será marcada essa audiência. O Vereador Aderlânio pede permissão para falar e agradecer ao Sr. Presidente por ceder o espaço à COGERH para que seja debatido nesta casa a situação dos açudes da região. O Sr. Presidente retorna sua fala novamente falando de um levantamento que fez em relação à Prefeitura Municipal sobre a arrecadação da receita no período de Janeiro a Dezembro de 2017, fala desses valores e afirma que a arrecadação dos IPVA atualmente será superior, tendo em vista as constantes apreensões e que cabe ao Poder Legislativo fiscalizar a destinação que será dada a esses valores. Lembra da Lei orçamentária votada aqui nesta casa, e lembra também de uma emenda colocada no art. 7 que diz que o Prefeito ao fazer suplementação ou remanejamento de fundos deveria pedir autorização a essa casa e que a estimativa para 2019, salvo engano é de 62 milhões e que a arrecadação deve chegar aos 20 milhões e que não entende o porquê de uma estimativa tão elástica, informa também que essas informações devem ser do conhecimento de todos, fala também que o Secretário de Gestão passou alguns dados em relação ao FUNDEB e à saúde, bem como os atendimentos, que os dados mostram que houve um número expressivo de atendimentos levando em conta que haviam 12 PSF's. O Vereador Valmir questiona se dentre esses dados há também a relação de valores gastos e o Sr. Presidente faz um contraponto com o ano de 2018 que reduziu o número de PSF's para sete e que o gasto foi superior, informa que sabe dos gastos extras com procedimentos de alta complexidade, mais uma vez o Vereador Valmir rebate solicitando que seja feito um levantamento dos gastos pois ele já trabalhou no hospital e sabe da realidade dos gastos lá existentes, no entanto o Sr. Presidente ressalta “no papel” esses atendimentos estão justificados, mas que deve se investigar se na prática tudo isso está realmente acontecendo, mais uma vez o Vereador Valmir fala que sugere que o responsável por esses setores venham até esta casa e forneçam o que foi recebido e o que foi gasto, pois a saúde gasta muito. O Presidente afirma novamente que, teoricamente, está tudo justificado,

porém está confuso com relação aos PSF's que caiu de 12 para 07 e aumentou o atendimento. O Vereador Osasco faz uso da fala novamente e diz que vai sempre ao Posto de Saúde Central, e diz que fora procurado por uma senhora que necessitava de fraldas geriátricas e que esta afirmou que já havia ido ao Posto de Saúde e que a ela informaram não haver esse material disponível e que diante do que ele apurou, há indícios de que a saúde do município não está 100% e afirma que tem que fiscalizar, lembra que essa é a obrigação dos vereadores. O Sr. Presidente faz uma observação que esta casa é uma casa de Leis e de discussão e que se qualquer um vereador quiser fazer uso da tribuna pode se sentir à vontade. O Vereador João Filho fala novamente da constante procura da população afim de conseguir medicamento de alto custo e que se existe essa procura é porque falta no Posto, com isso reforça a necessidade da fiscalização. O Sr. Presidente questiona os vereadores presentes da possibilidade de alterar os dias das sessões ordinárias de sábado para sexta-feira e afirma que irá se reunir com todos em uma outra hora para discutirem essa questão. Agradece a todos os presentes, deseja a todos um bom final de semana e declara encerrada a sessão. Eu, Osasco de Souza Gonçalves, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por quem de direito.



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE AURORA

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Aurora-Ceará, **Wellington Rodrigues de Lima**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento as exigência legais em conformidade com art. 107 da Lei Orgânica Municipal e com a decisão do STJ, em seu recurso especial nº 105.232/96/0053484-5, in verbis: "LEI MUNICIPAL – PUBLICAÇÃO – AUSÊNCIA DE DIÁRIO OFICIAL - não havendo no Município Imprensa Oficial a publicação de suas leis e atos administrativos pode ser feita por afixação na Prefeitura ou Câmara.

CERTIFICA

que a **Ata da 40ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo de 2019, em 16 de Fevereiro de 2019**, foi publicada na Data de hoje no flanelógrafo situado no átrio da sede da Câmara Municipal de Aurora-Ce, e no site www.cmaurora.ce.gov.br.

Aurora-ceara, 22 de Fevereiro de 2019

Wellington Rodrigues de Lima
Presidente